



*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE/AC 128.613  
ENTIDADE: Câmara Municipal de Rodrigues Alves  
NATUREZA: Prestação de Contas Anual  
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves exercício de 2017.  
RESPONSÁVEL: Saulo Estefeson Vasconcelos Maia  
CONTADOR: Paulo Roberto de Souza Santana  
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

## ACÓRDÃO Nº 11.883/2020

### PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Rodrigues Alves. Irregular. Arquivamento.

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator, nos termos do artigo 51, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar Estadual n. 38/93, considerando **IRREGULAR**, a Prestação de Contas do exercício de 2017, da Câmara Municipal de Rodrigues Alves. em face das seguintes irregularidades: **1)** infringência às normas contábeis em razão: **a)** da não evidenciação dos estoques (almoxarifado) no ativo circulante; **b)** pela divergência no resultado do exercício apresentado no Balanço Patrimonial (PL), no valor de R\$ 98.071,16, com o apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, no valor de R\$ 13.208,11, em infringência ao contido nos artigos 83, 85 e 105 da Lei Nº 4.320/64; **c)** infringência ao contido no art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, em face da não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais, devidas no exercício 2017; **2)** Ausência de comprovação de licitação na contratação de serviços cujo valor ultrapassa o limite de dispensa de licitação por valor de R\$ 8.000,00 (valor que era praticado à época dos fatos); **3)** Pela aplicação de multa sanção ao senhor **Saulo Estefeson Vasconcelos Maia** no valor de **R\$ 3.570,00** em face da ausência de comprovação de licitação na contratação de serviços cujo valor excedeu o limite de dispensa de licitação praticado no ano de 2017 conforme previsão contida no art. 89, II da Lei Complementar Estadual n. 38/1993; **4)** Pela aplicação de multa sanção ao senhor **Paulo Roberto De Souza Santana** no valor de **R\$ 3.570,00** em face de grave infração às normas contábeis conforme previsão contida no art. 89, II da Lei Complementar Estadual n. 38/1993.



# Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

Pela notificação dos implicados do resultado deste julgamento. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco- Acre, 21 de maio de 2020.

Cons. **Antônio Cristóvão Correia de  
Messias**  
Presidente

Cons. **Ronald Polanco Ribeiro**  
Relator

Cons. **José Augusto Araújo de Faria**

Cons. **Valmir Gomes Ribeiro**  
Cons. Valmir Gomes Ribeiro

Cons. **Antônio Jorge Malheiro**

Cons<sup>a</sup>. **Dulcinéia Benício de Araújo**  
Cons<sup>a</sup>. Dulcinéia Benício de Araújo

Cons<sup>a</sup>. **Naluh Maria Lima Gouveia**

Fui presente:  
Fui presente:

**Dr. João Izidro de Melo Neto**  
Dr. João Izidro de Melo Neto  
Procurador-Chefe do MPC/TCE  
Procurador-Chefe do MPC/TCE



# Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE/AC 128.613  
ENTIDADE: Câmara Municipal de Rodrigues Alves  
NATUREZA: Prestação de Contas Anual  
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves exercício de 2017  
RESPONSÁVEL: Saulo Estefeson Vasconcelos Maia  
CONTADOR: Paulo Roberto de Souza Santana  
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

## RELATÓRIO

1. Trata-se de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves, exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. Saulo Estefeson Vasconcelos Maia, Gestor à época dos fatos.
2. Relatório preliminar de análise técnica de fls. 84 a 96.
3. Citações às fls. 101 (Paulo Roberto de Souza Santana - contador) e 102 (Saulo Estefeson Vasconcelos Maia – presidente).
4. Defesa às fls. 109 a 156.
5. Relatório conclusivo de fls. 161 a 168.
6. Após a fase do contraditório permaneceram as seguintes inconsistências:
  - 6.1. Infringência as normas contábeis<sup>1</sup>.
  - 6.2. Contratação de serviços sem a comprovação da realização de licitação no valor de R\$ 16.000,00.
7. Por fim opinou a área técnica para julgar as contas irregulares e aplicação de multa sanção aos senhores Saulo Estefeson Vasconcelos Maia (gestor) e Paulo Roberto de Souza Santana (contador) bem como notificar os responsáveis sobre a obrigação de comprovar o recolhimento das sanções.
8. Parecer do Ministério Público Especial junto a esta Corte às fls. 173 a 177.

É o sucinto relatório.

Rio Branco/AC, 21 de maio de 2020.

**Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro**  
**Relator**

<sup>1</sup> 4.1. Infringência ao artigo 84, Lei nº 4.320/64 e NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público e NBC TSP 04 – Estoques, em razão da não evidenciação dos estoques (almoxarifado) no ativo circulante; e pela divergência no resultado do exercício apresentado no Balanço Patrimonial (PL), no valor de R\$ R\$ -98.071,16, com o apresentado na DVP, no valor de R\$ 13.208,11, em infringência ao contido nos artigos 83, 85 e 105 da Lei Nº 4.320/64; 4.2. Infringência ao contido no art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, em face da não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais, devidas no exercício 2017;



# Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE/AC 128.613  
ENTIDADE: Câmara Municipal de Rodrigues Alves  
NATUREZA: Prestação de Contas Anual  
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves exercício de 2017  
RESPONSÁVEL: Saulo Estefeson Vasconcelos Maia  
CONTADOR: Paulo Roberto de Souza Santana  
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

## VOTO

### O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO RONALD POLANCO RIBEIRO (Relator):

1. Trata-se de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves, exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. Saulo Estefeson Vasconcelos Maia, Gestor à época dos fatos.
2. Após a fase do contraditório a área técnica listou como irregularidade dois pontos: a) infringência as normas contábeis<sup>2</sup>; b) contratação de serviços sem a comprovação de realização de licitação no valor de R\$ 16.000,00.
3. O MPC seguiu a mesma linha da área técnica mas requerendo ainda a abertura de *“procedimento autônomo para verificar a regularidade dos pagamentos efetuados ao Sr. Weslen Luan Souza de Oliveira, CPF nº 007.609.832-08, bem como a devida prestação do serviço e a sua relação contratual com a Prefeitura e a Câmara Municipal de Rodrigues Alves na condição de ocupante de cargo em comissão.”*
4. Da análise dos autos constatou-se que de fato que o responsável não logrou êxito em elidir as falhas apontadas merecendo, portanto, a sanção desta Corte, mas observada a dosimetria das penas.
5. **Ante o exposto**, consubstanciado nas observações acima, nos relatórios técnicos, no parecer do Ministério Público Especial atuante nesta Corte de Contas,  
**VOTO:**

<sup>2</sup> 4.1. Infringência ao artigo 84, Lei nº 4.320/64 e NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público e NBC TSP 04 – Estoques, em razão da não evidenciação dos estoques (almoxarifado) no ativo circulante; e pela divergência no resultado do exercício apresentado no Balanço Patrimonial (PL), no valor de R\$ R\$ -98.071,16, com o apresentado na DVP, no valor de R\$ 13.208,11, em infringência ao contido nos artigos 83, 85 e 105 da Lei Nº 4.320/64; 4.2. Infringência ao contido no art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, em face da não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais, devidas no exercício 2017;



# Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

5.1. nos termos do artigo 51, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar Estadual n. 38/93, pela emissão de **Acórdão** considerando **IRREGULAR** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rodrigues Alves, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade do senhor **Saulo Estefeson Vasconcelos Maia**, em face das seguintes irregularidades:

5.1.1. infringência às normas contábeis em razão: **a)** da não evidenciação dos estoques (almoxarifado) no ativo circulante; **b)** pela divergência no resultado do exercício apresentado no Balanço Patrimonial (PL), no valor de R\$ 98.071,16, com o apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, no valor de R\$ 13.208,11, em infringência ao contido nos artigos 83, 85 e 105 da Lei Nº 4.320/64; **c)** infringência ao contido no art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, em face da não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais, devidas no exercício 2017.

5.1.2. Ausência de comprovação de licitação na contratação de serviços cujo valor ultrapassa o limite de dispensa de licitação por valor de R\$ 8.000,00 (valor que era praticado à época dos fatos).

5.2. Pela aplicação de multa sanção ao senhor **Saulo Estefeson Vasconcelos Maia** no valor de **R\$ 3.570,00** em face da ausência de comprovação de licitação na contratação de serviços cujo valor excedeu o limite de dispensa de licitação praticado no ano de 2017 conforme previsão contida no art. 89, II da Lei Complementar Estadual n. 38/1993.

5.3. Pela aplicação de multa sanção ao senhor **Paulo Roberto De Souza Santana** no valor de **R\$ 3.570,00** em face de grave infração às normas contábeis conforme previsão contida no art. 89, II da Lei Complementar Estadual n. 38/1993.

5.4. Pela notificação dos implicados do resultado deste julgamento.

5.5. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento dos presentes autos**.

**É como Voto**

Rio Branco/AC, 21 de maio de 2020.

**Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro**  
**Relator**